

Simonsen propõe fim de subsídios

Corte nos subsídios agrícolas e nos benefícios pagos pela Previdência Social, revisão dos reajustes semestrais dos salários, alteração na fórmula de cálculo da correção monetária e adoção de novas restrições às viagens ao exterior: esta é a receita do ex-ministro Mário Henrique Simonsen para a economia brasileira no próximo ano, dentro da política de combate à inflação sem provocar recessão.

Na área externa, o ex-ministro propõe - através de um editorial publicado esta semana pela revista *Symposium*, que ele mesmo dirige - o uso de financiamentos e importações como forma de captação indireta de recursos; o estabelecimento de convênios bilaterais com vários países; a reprogramação das compras da Petrobrás no exterior e uma ação direta do governo brasileiro para convencer os bancos estrangeiros de que o Brasil sabe administrar sua economia.

Simonsen defende também uma medida que já foi colocada em prática, no mês passado: a adoção de uma espécie de seguro cambial, que existe agora sob a forma da autorização do Banco Central para que parte dos empréstimos captados no exterior possa ser aplicada na compra de ORTNs com cláusula cambial, como meio de manter o estímulo à captação sem os riscos da política cambial.

"O Brasil é vítima e não agente da síndrome de Toronto" afirma o ex-ministro dos governos Geisel e Figueiredo, referindo-se à paralisação do mercado financeiro internacional ocorrida durante a última reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Toronto, no Canadá. Desde então, a captação de recursos externos por parte do Brasil caiu pela metade, ameaçando impedir o fechamento do balanço de pagamentos deste ano.

O conjunto de nove medidas propostas por Simonsen tem como obje-

vo amortecer o choque externo sobre a economia brasileira e ajudar no equilíbrio do balanço de pagamentos de 1983, sem agravar os efeitos das políticas monetárias e fiscal de natureza restritiva. A primeira medida, em sua opinião, é cortar os subsídios. "É preciso passar a tesoura nos subsídios do crédito agrícola e é preciso igualmente rever os oferecidos benefícios pela Previdência Social, que hoje desafiam qualquer equilíbrio atuarial" - afirma.

A segunda medida, no receituário do ex-ministro, é "convencer os financiadores externos de que o Brasil sabe administrar sua economia, e que a política de boa vizinhança com a América Latina não implica solidariedade nos erros". Simonsen acredita que os pequenos e médios bancos regionais estrangeiros precisam ser convidados a visitar o Brasil para ver as diferenças da política econômica brasileira em relação aos demais países do continente.

Em terceiro lugar, o ex-ministro acha que, além da cobrança dos 25% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) já adotada, é preciso importar aos turistas "alguns ônus extracambial, como foram, entre 1976 a 1979, os depósitos prévios sobre a emissão e visto de saída nos passaportes". Ele acredita ser necessário também aumentar a oferta de dólares no mercado interno, estimulando os brasileiros que possuem esta moeda a transformá-la em cruzeiros.

A quarta medida seria utilizar os financiamentos externos para importações brasileiras como forma indireta de se garantir a captação parcial de recursos no exterior. A quinta medida já foi adotada pelo Banco Central, através da ORTNs com cláusula de reajuste cambial, compradas a termo, em volumes e prazos vinculados às prestações dos empréstimos externos.

Para reduzir o impacto dos proble-

mas do balanço de pagamentos, o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento considera também - como a sua sexta proposta a necessidade de se firmar convênios bilaterais de comércio, principalmente com países como México, Venezuela, Argentina, Nigéria, Irã e Iraque. Ele considera este tipo de comércio como um retrocesso, mas lembra que, "infelizmente, num mundo em crise financeira, não há outra saída". Através de convênios o Brasil exportaria e importaria diretamente, sem a necessidade de divisas, mas apenas na base da troca de produtos.

Em sétimo lugar, sua proposta é que estes convênios bilaterais sejam usados ao máximo pela Petrobrás, dentro de uma estratégia de reprogramação de suas compras de petróleo no exterior. Simonsen acha que também deve ser acelerado o esforço de reexportação, "usando a capacidade ociosa das refinarias e vendendo os excedentes de gasolina gerados pelo Proálcool".

A oitava medida proposta é a revisão da atual política salarial, pois o ex-ministro considera que sua manutenção nos moldes em vigor fará com que a política de contenção monetária e fiscal, no próximo ano, aumente a recessão e o desemprego. "A hora é de flexibilizar os reajustes salariais e não de manter sua atual rigidez. E, em troca, dar maior garantia ao emprego, aumentando, por exemplo, o prazo de aviso prévio de 30 para 90 ou 120 dias".

A nova providência sugerida por Simonsen é o realinhamento dos preços relativos, adaptando-se a essa exigência o instituto da correção monetária. Ele acredita que os coeficientes da correção monetária devem ser construídos a partir de índices que expurguem os efeitos dos choques de oferta, como variações reais da taxa de câmbio, aumentos de tributação indireta e diminuição de subsídios.